

ARGENTINA: NADA SERÁ COMO ANTES¹

Beatriz Sarlo

Tradução do espanhol: Sebastião Nascimento

RESUMO

O artigo analisa a trajetória das principais forças políticas na Argentina desde o fim do regime militar e o papel que desempenharam em face dos problemas postos pelo processo de democratização, com ênfase na ação política sustentada a partir do campo intelectual progressista. Ao definir a crise que vem assolando o país como uma situação-limite, a autora identifica o desdobramento de cisões econômicas e culturais em um ambiente geral de enclausuramento, sintomático da erosão do quadro que definia a identidade nacional em torno de princípios assentados num Estado social programático.

Palavras-chave: Argentina; crise; identidade nacional; intelectualidade.

SUMMARY

This article analyzes the line of development of the main political forces in Argentina since the end of the military regime and the role they played in face of the troubles posed by the democratization process, emphasizing the political action sustained by the progressive intellectual community. Portraying the crisis that assails the country as an exasperating situation, the authoress identifies the unfolding of economic and cultural dissensions within a broad sense of enclosure, which is an indicative of the erosion of the set of trends of Argentine national identity, traditionally embedded upon Welfare institutions.

Keywords: Argentine; crisis; national identity; intellectual community.

(1) Publicado originalmente em *Punto de Vista* (Buenos Aires), n° 70, agosto de 2001, pp. 2-11.

Menem foi preso. Alvarez se desvaneceu. Dois protagonistas dos últimos dez anos já não estão no jogo. Menem construiu um poder para impor mudanças cuja profundidade se mostrou tanto inesperada quanto irreversível. Alvarez prometeu novas formas de "fazer política" para lograr mudanças que, se não inverteram, assumiram como ponto de partida, corrigindo-a, a linha traçada pelas mudanças produzidas por Menem. Alvarez abandonou o peronismo e com uma nitidez jamais vista rompeu com os mitos desse movimento: ninguém antes dele havia deixado o peronismo denunciando que o partido já não tinha elementos, nem em sua tradição e nem em seu presente, para renovar seu histórico programa de ampliação de direitos, e que, além disso, carecia da vocação republicana que lhe permitiria encabeçar uma renovação institucional e cultural da política. Menem transformou o peronismo no pivô de uma aliança eleitoral que esse partido jamais havia conhecido: expulsou caudilhos, afastou dirigentes e armou novos

pactos nas províncias e no aparato partidário. Ambos se sentiram chamados a dirigir uma renovação. Hoje, depois de doze anos, Menem trata de voltar a um lugar que não aceita ter perdido, e Alvarez retirou-se de todos os espaços que havia conquistado, até mesmo do frágil instrumento político que forjara nos anos 1990.

Esses dois homens despertaram verdadeiras paixões políticas. Menem foi odiado, admirado, invejado, desprezado e cortejado; sua popularidade foi tão forte quanto sua resolução, e suas decisões foram tão criticadas quanto o estilo que sustentava sua imagem. Foi o presidente das decisões incríveis, envolvidas na aura de um "ele nunca se atreverá a tanto" que rapidamente se convertiam em fatos. Alvarez protagonizou o último sonho do reformismo progressista, o contra-estilo de Menem, e suas visões se conectaram com o eleitorado de Buenos Aires. Ele também trouxe algo inesperado: o agrupamento dos progressistas em torno de uma idéia renovadora da política logrou peso eleitoral e pareceu capaz de transformar o clássico bipartidarismo. À diferença de Menem, que em seguida deixou de prometer o que não podia (nem queria) fazer, Alvarez foi uma promessa no sentido forte. Suas visões encaixaram-se perfeitamente naquilo que esperava um amplo setor das classes médias urbanas desgostoso com a impudícia do menemismo, sensibilizado moralmente pelas mudanças que se realizavam e cada vez mais ferido por essas mesmas mudanças. A partir desse território familiar das camadas médias, Alvarez chegou mais longe do que havia chegado qualquer político que se concebesse ou se manifestasse progressista fora dos dois grandes partidos nacionais. Chegou muito longe, o que ao fim e ao cabo significou que não chegara a parte alguma. Mas isso se sabe somente hoje, e esse saber não implica um juízo inexorável sobre o futuro, ainda que os prognósticos não o favoreçam. Tanto quanto Menem, Alvarez foi um político impulsivo e confiante em suas próprias intuições (que os críticos poderão chamar impulsos, destinados a esgotar-se muito rápido). Mas conjecturar sobre como prosseguirá a biografia de ambos não é meu propósito.

A novidade

Há apenas seis ou sete anos, o desejo de uma opção política progressista e as possibilidades de obtê-la não estavam completamente separados. Não acreditávamos então que estivessemos a apostar numa ilusão, nem que uma ação política sustentada a partir do campo intelectual estivesse condenada a imaginar coisas que jamais poderiam se realizar. Na segunda etapa do estendido governo Menem, depois de algumas vitórias eleitorais de líderes como o próprio Carlos Alvarez e Graciela Fernández Mejjide, o espaço da "centro-esquerda" parecia finalmente aberto. Não se sabia muito bem, em primeiro lugar, que políticas proviriam desse espaço. Tampouco se sabia se as estratégias apontadas para construí-lo seriam eficazes. Alguns pensavam

que esse era um espaço muito difícil de se produzir num país onde as clivagens políticas não passam por linhas ideológicas claras entre um campo de esquerda de um de direita. Mas não saber isso tudo era afinal parte da novidade do que estava ocorrendo: por um momento as coisas estiveram em suspenso, suscetíveis a um reordenamento original.

Os primeiros anos do governo estendido estiveram dominados pela surpresa. Se fosse preciso assinalar o traço que tornou possível uma das transformações mais rápidas e radicais da Argentina, não se poderia renunciar a um conjunto de imagens que evocassem algo como um assalto (um *putsch*, dir-se-ia num léxico político antigo). E não me refiro ao assalto que levou o núcleo menemista, de modo corrupto e imoral, a controlar recursos do Estado — embora isso também tenha sido um assalto. Depois dos episódios agudos da hiperinflação (que também diziam respeito ao governo Menem), quando se impunha sobre qualquer outro projeto a necessidade de sobrevivência em face da idéia de que a Argentina poderia ser liquidada, na acepção do direito comercial, senão liquefazer-se mesmo — perder Estado, moeda, capacidade de ação política e força para reverter qualquer desses processos —, quando a vertigem dos preços arrastava irresistivelmente toda possibilidade de planejamento em uma perspectiva temporal culturalmente verossímil, então esse curso que parecia não ter limite ou obstáculo subitamente se deteve. A saída da hiperinflação foi um momento de gravidade zero, de vácuo: tudo estava suspenso, exceto o medo de que algo semelhante pudesse recomeçar.

Um olhar sobre a cultura dos primeiros anos do governo estendido não pode ignorar esse medo. A era Menem começava numa paisagem em ruínas. Não me refiro simplesmente a ruínas materiais, mas à experiência coletiva de se haver estado perto de algo inabarcável, de um limite no qual a ação política se tornava impossível e as ações individuais pareciam inúteis. A partir de 1989, ao longo de muitos meses, acompanhamos as notícias e imagens de tiroteios entre saqueadores e pequenos comerciantes, uma guerra dos pobres contra os muito pobres, reações desesperadas que, embora não tão amplas e muito menos sistemáticas, nos assustaram e surpreenderam, pois nenhuma predição sobre a crise vislumbrara tais quadros sombrios.

Sobretudo, a experiência da hiperinflação minava as bases de um tempo cotidiano em que se pudesse pensar ou viver nos termos conhecidos até então: era o desconcerto, algo que havia saído de seu eixo, que transformava as nervuras mais privadas da vida, tornava irrisórias todas as decisões porque anulava a idéia mesma de projeto, isto é, de continuidade pessoal e social. Pela primeira vez, argentinos da minha geração souberam de um medo que não tinha a ver com a violência e a repressão de ditaduras militares. Quando tudo isso pareceu terminar, esse medo (que hoje, quando mais da metade da população teme perder seu trabalho e nunca mais conseguir outro, tem expressões bem mais concretas) deu origem a uma certeza: qualquer coisa, menos aquilo que já havia passado.

Sobre o estupor que reveste qualquer saída de uma situação-limite, essa tênue debilidade da convalescência, impôs-se o cenário social em que,

apesar de tudo, vivemos. Começavam, com algum atraso, os anos 1990 da hegemonia de Menem e Cavallo. Mesmo sob protestos, sem que se resignasse à crítica e, em alguns casos, diagnosticando-se as conseqüências quase certas, o que estava sucedendo era de certa forma inevitável, em duplo sentido: ninguém tinha crédito ou poder político para alterar as coisas, e ninguém — exceto os que mais longe estavam de alcançar o lugar de qualquer decisão significativa — estava confiante o bastante sobre a direção em que haveria de alterá-las. Essa dupla carência ficou inequivocamente expressa na triunfal acumulação de poder de Menem e na vitória cultural de um programa econômico que foi batizado, sobretudo na imprensa, como "discurso único". É bem sabido que essa vitória cultural significou basicamente aceitar as conseqüências das privatizações e da reforma do Estado, em termos de postos de trabalho e salários perdidos para sempre, e a paridade cambial como garantia (não importa se real ou imaginária) da estabilidade de preços. Sobre esses dois pontos articulou-se o senso comum, e não houve nenhuma alternativa que o demovesse desses pressupostos. Não se tratava de um efeito discursivo, que poderia ter-se debilitado junto com outros discursos, mas da forma aguda de um balanço de experiências sociais que provocou uma decisão — uma opção seguramente não aspirada por ninguém, mas aceita como a premência de pagar um resgate.

No interior, cidades-fantasma ruindo sobre a infra-estrutura que gigantes empresas nacionais haviam construído durante setenta anos, ou agonizantes ao longo das já inúteis estradas de ferro; nos arredores dos centros urbanos, submoradias aglomerando-se onde a sede de poder político fizera imaginar uma dotação ou distribuição de renda — tais as paisagens urdidas pelo desemprego e o abandono, muito diversas das paisagens do trabalho que a Argentina obrara em seu passado. A despeito das advertências, custou-se a crer que isso realmente estava acontecendo, e hoje ninguém mais pode ignorar tais paisagens, nem que seja pelos seus efeitos sobre aqueles que vivem encerrados em suas células de bem-estar. A insegurança, que preocupa tanto aos que se puseram a salvo como aos que, muito abaixo, padecem seus piores efeitos, escancara os relevos dessas paisagens aos olhos de todos.

O encerro

A nova paisagem traçou um círculo de ferro ao redor da imaginação política reformista dos anos 1990. Desde fora dos limites argentinos, outras mudanças, chamadas de "globalização", fizeram valer, de um modo desconhecido até então, o peso das constrações internacionais sobre as decisões nacionais. Não me refiro apenas aos limites materiais a tais decisões — isto é, ao que verdadeiramente se poderia fazer se se quisesse fazer algo diferente do que se estava fazendo e se se obtivesse o necessário poder político —, mas também à disposição para considerar (e talvez aceitar) o risco de uma

mudança. No âmbito interno, até há bem poucos meses qualquer mudança parecia ameaçar o equilíbrio simbolizado pela fórmula da paridade peso-dólar. Tanto de dentro quanto de fora, os "mercados" (uma mistura de bancos, credores, futuros credores, potenciais investidores, negociadores de títulos argentinos, especuladores etc.) e as instituições internacionais vigiam a economia local, circunscrevendo o perímetro de qualquer ação.

"Encerro" [*"clausura"*]: uma palavra que se usou demasiado durante estes anos. Mas o que significa "demasiado" nesse caso? A resposta óbvia, um verdadeiro lugar-comum, seria afirmar que a palavra perdeu seu potencial semântico. Mas talvez haja ocorrido exatamente o inverso, sua repetição sendo especialmente reveladora de um estado da imaginação política e de uma crise para a qual não se percebe nenhuma saída.

A transição democrática pôde ser julgada, num sentido positivo, como o encerro do ciclo das ditaduras militares. "Encerro" então designava o que não se devia repetir, e por isso a palavra se vinculou expressivamente à palavra de ordem "Nunca mais". Modificava o presente porque bloqueava a repetição do que havia ocorrido no passado e deixava prever um futuro diferente, sob condições abertas. Hoje, a repetição de "encerro" fala de uma insistência da língua, de uma tartamudez, de uma oclusão. Algo foi cerrado para sempre: uma etapa da Argentina, um horizonte em que se inscreviam seus projetos. Levantou-se um cerco material. "Encerro" descreve uma situação em termos de impossibilidade de ação (e de repetição de ações passadas), uma situação vivida como imodificável. Se a palavra se repete é porque se trata de assinalar — ainda que somente com a imperfeição com que a língua expressa o peso de uma referência social — que não há condições para que a ação e o sentido escapem em direção de algo distinto: um desejo político, uma ilusão, aquelas formas mais ou menos nebulosas que se abrem para o que não está assegurado, o que ultrapassa as forças que dominam o presente. E sem esse escape não há nova política.

"Encerro" agora designa um encerrar bem diferente daquele do ciclo das ditaduras. Ninguém jamais imaginou que um e outro encerros pudessem estar tão próximos, nem tão implicados. O encerro a que me refiro modela o presente com a impossibilidade de se conceber um futuro, e por isso descreve não apenas uma situação mas também uma forma da temporalidade na qual o presente, encerrado, deixa de admitir o horizonte de um projeto: o presente é o tempo da necessidade, do que se impõe aos sujeitos como cerco à imaginação e à política, as quais necessitam de prazos, de duração, de uma mobilidade relativa em face da necessidade.

O campo semântico de "encerro" decerto inclui a história: não apenas se deu por afortunadamente encerrado o ciclo de intervenções e golpes militares; não apenas o "Nunca mais" foi o ideograma de uma negativa radical à repetição da violência homicida das Forças Armadas; não apenas a transição democrática e a passagem de um governo com uma marca política a outro de distinta feição se afirmaram sob a convicção de que se havia encerrado uma etapa. Junto com a história (e possivelmente são estas as suas ironias, esta desilusão que quase sempre acompanha a esperança), o encerro

se tornou uma imagem do país culturalmente decisiva para a implantação de qualquer política. Encerraram-se algumas condições culturais da política, aquelas que propiciam, impõem e transmitem o que habitualmente se chama "identidade", essa auto-imagem que, por estender-se no tempo, funda um espaço simbólico de pertencimento.

Ser argentino

É impossível pensar o problema fora da dimensão cultural em que jogam os fatores ativos da identidade. Foi ali justamente que algo se quebrou. O que significava ser argentino nos primeiros sessenta anos do século XX? Qual era a base relativamente universal que garantia um mínimo de identificação nacional? Ou, para dizer de outro modo, considerando a identidade como princípio de diferenciação, quais eram as diferenças percebidas e vividas como experiência imediata, e não apenas como discurso, que designavam o argentino? Com respeito a que qualidades, possibilidades ou valores ser argentino se assinalava como uma posse, material ou simbólica, desse atributo que faltaria, real ou imaginariamente, a outras nacionalidades?

Ser argentino designava basicamente três qualidades vinculadas com direitos, capacidades, disposições e possibilidades (cujo peso relativo foi mudando e em cujas correspondências o primeiro peronismo introduziu novas articulações relevantes): ser alfabetizado, ser cidadão e ter trabalho assegurado. Isso formava o que podemos chamar "uma identidade nacional". Sua manifestação discursiva podia incorrer no orgulho do pertencimento e também no desprezo e no sentimento de superioridade com respeito à América Latina, região da qual, por racismo e auto-suficiência, os argentinos nunca se sentiram parte, à exceção da lealdade despertada por Cuba.

"Ser alfabetizado": a escola pública universal, que foi mais universal que o próprio princípio de cidadania durante quase meio século, estabeleceu bases diferenciais com relação às populações incompleta ou tardiamente escolarizadas de muitos países da América Latina. Os argentinos eram os maiores consumidores de jornais, livros e meios de comunicação, e possuíam uma série de habilidades culturais que caracterizavam positivamente sua força de trabalho. "Ser cidadão" nos distinguia, como bem mostrou Guillermo O'Donnell, de sociedades fortemente estratificadas como a chilena e a brasileira, onde se estigmatizava qualquer indício de igualitarismo plebeu, e das repúblicas governadas por elites sociais exclusivistas. O ingresso e a mobilidade no trabalho, por fim, diferenciavam a Argentina de tais sociedades, nas quais a organização do mercado de trabalho era ou mais precária, ou mais arcaica, ou menos permeável a instituições modernas como o sindicato.

Seria insensato afirmar que as três qualidades se organizavam harmoniosamente tanto na esfera pública como no mercado e na política; a nenhuma nação se poderia atribuir um equilíbrio universal de direitos e

oportunidades. Todavia, durante a primeira metade do século XX os episódios de injustiça e exclusão, as perdas identitárias da massa imigrante, a repressão de diferenças culturais, a violação de direitos e a desigualdade de oportunidades foram menos decisivas na constituição de uma identidade do que os processos de alfabetização, de extensão dos direitos sociais e econômicos e de generalização dos direitos políticos. Não é preciso ter uma visão otimista do passado argentino para reconhecer que uma identidade sustentada nas diferenças com relação à América Latina não era simplesmente uma ilusão dos setores populares ou o efeito da ideologia dos dominantes. A prova desses elementos identitários pode ser buscada talvez em suas expressões mais repudiáveis e no entanto mais eloqüentes: nos episódios de racismo quanto aos migrantes internos ou latino-americanos — os quais se considerava analfabetos, inúteis para um mercado de trabalho moderno e inclinados a entregar sua soberania política a um líder carismático — e nas crises de soberba nacionalista, sob as proezas as mais repugnantes — não tanto no nacionalismo desportivo, que comprovaria de modo grotesco a existência de um traço comum em todo o Ocidente e em grande parte do resto do planeta, mas sobretudo nos acessos de onipotência do nacionalismo territorial que ocorreram durante a última ditadura, primeiro em relação ao Chile e em seguida com a aventura militar nas Malvinas.

Ser alfabetizado, ser cidadão, ter trabalho: o triângulo da identidade finalmente se quebrou. Alguém poderia se perguntar como ele pôde perder ao longo de tantas décadas marcadas por instabilidade institucional, pela dramática diferença de estilos políticos e pela radicalização ideológica. Uma das chaves para a resposta pode estar naquelas instituições que, em face de todas as rupturas, asseguraram sua continuidade até a década de 1960. A escola se susteve a despeito da mudança estratégica de direção cultural trazida pelo golpe dos anos 1930, naquilo que dizia respeito ao poder da Igreja sobre as decisões acerca dos conteúdos educacionais e dos avanços ou retrocessos no destino dos recursos: até os anos 1970 a escola não esteve carente de prestígio, nem falida, nem fragmentada em centros de decisão locais. Até a ditadura militar de 1976, outras instituições — típicas do "Estado de Bem-Estar à *criolla*" fundado pelo peronismo — persistiram na urdidura das tramas não somente de sustentação mas de exercício de direitos, as quais davam à política um significado concreto, até mesmo quando as intervenções militares irrompiam com projetos institucionais que ao fim eram refutados. Havia também um sistema produtivo, vazado por todas as deformações do capitalismo sinecurista, com burgueses cuja iniciativa dependia estreitamente do resultado de suas pressões sobre o Estado, um sistema produtivo que se reproduziu de maneira caótica e com dificuldades crescentes, mas que pôde, durante muito tempo, incorporar força de trabalho. A partir dos anos 1940, possivelmente por conta de sua debilidade relativa e de sua dependência do Estado, seus dirigentes precisaram aceitar um programa de reivindicações, um "pacto social à *criolla*". O beco em que entrou o sistema político com a ascensão dos militares e a proscrição que abriu a "questão peronista" a partir de 1955 — o chamado "empate de forças" — e a radicaliza-

ção política dos anos 1960 e 70 delinearam o quadro do que passaria a ser tido como uma situação sem saída. Ainda assim, o triângulo que sugeri como hipótese para pensar uma identidade se susteve — precário e cada vez mais frágil, mas persistente — durante esses anos todos de enfrentamentos. Os militares, que chegaram em março de 1976 e provocaram o inaceitável e o inaudito da repressão, deram-lhe o golpe final. Contudo, mais uma vez ironicamente, o triângulo veio a desmoronar-se de todo somente nos anos da transição democrática.

Para homens e mulheres com menos de 40 anos, ser argentino não pressupõe esses direitos políticos e sociais inscritos no triângulo identitário, que hoje dependem da trajetória social e não de uma base nacional universal e inclusiva. O exercício da cidadania política depreciou-se; o espaço dos direitos e deveres está completamente desconcertado por injustiça e imoralidade. A cultura, em sentido amplo, está atravessada por clivagens de acesso e desfrute e por processos que invertem tendências históricas, como o decréscimo no número de leitores de jornais diários, a contrapelo da tendência observada em todo o Ocidente, o que portanto não se pode atribuir à competição com os novos meios de comunicação. E não há nada a se acrescentar ao que se diz todos os dias — e está certo que se repita com insistência — sobre a exclusão do mundo do trabalho e a disruptiva humilhação do desemprego.

Foi quebrado aquele triângulo que sustentava a identidade, considerando-se a identidade como a soma de motivações, expectativas e qualidades que fazem que alguém se reconheça fortemente numa sociedade, e não como um princípio qualquer de agrupamento de temporalidades curtas, de fusão e dissolução rápidas. Tais são as "identidades fundíveis", como as denomina Michel Maffesoli, que proliferam hoje como estilos culturais, inclusive nos setores mais castigados, precisamente ali onde mais foi perdido, bem como muito acima, lá onde a tranqüilidade da fruição permite a experimentação identitária. (A crepitação pós-moderna por outros meios — uma outra ironia.) Em condições extremas de necessidade não há cidadania nem tampouco espaço para a afirmação de direitos no mundo do trabalho, pois a escassez é um novíssimo dissuasor na história sindical argentina, que foi eficazmente reivindicativa nos momentos de expansão, e também porque, como escreveu Emilio Tenti², os estertores do desemprego são inarticulados e dificilmente articuláveis em termos políticos.

Produziu-se um cisma cultural que reflete o econômico. No horizonte das vítimas, esfumaram-se as razões de pertencimento a uma sociedade nacional. Por toda parte debilitou-se a idéia de responsabilidade, a qual, ainda que precariamente, tece a trama dos múltiplos fios que sustentam uma comunidade. Não se trata de livrar os políticos da responsabilidade por esse cenário, já que eles se encarregaram de aprofundar seus traços, mas de perscrutar o papel que jogaram no curso da catástrofe aqueles que formam o topo da pirâmide social, os muito ricos, mas também nós mesmos, por razões diferentes: uns em busca de benefícios imediatos, outros surpreendidos pelo inaudito (e mesmo os que o prenunciaram talvez estejam surpresos com o cumprimento fulminante de suas predições).

(2) Tenti Fanfani, Emilio. "Exclusión social y acción colectiva en la Argentina de hoy". *Punto de Vista*, nº 67, agosto de 2000.

Há um lugar para a política?

Eu perguntaria o que resta da identidade que autorize a política como uma prática que inclua não apenas os profissionais dessa classe, cujo desprestígio acompanhou de perto o processo de sua constituição como fração com interesses diversos defendidos corporativamente. Quais os princípios com que se identificar?

Impossível descurar do fato político mais transcendente das últimas duas décadas na Argentina: o julgamento e condenação das Juntas Militares. Tratou-se na verdade de um composto de fatos, práticas e discursos: inicialmente desencadeados pelas organizações de direitos humanos, que sustentaram uma palavra de ordem — "Aparição com vida" — inassimilável pela ditadura e, nesse marco, inteiramente justa; seguidos, sobretudo depois do episódio das Malvinas, por uma revelação que progressivamente se difundiu por toda parte, tanto nos meios de comunicação — que antes se mantinham reticentes, por covardia e estratégia de conservação — quanto em uma sociedade sobre cujas reações durante a ditadura — seja de resistência, seja de abandono de qualquer mandato solidário — sabemos ainda muito pouco; atravessados por posições diferentes com respeito ao caminho institucional seguido pelo governo de Alfonsín; reforçados como produção de conhecimento pela Conadep³ e, até o presente, pelos juízos sobre a verdade que reconhecem judicialmente o direito a continuar produzindo um saber. Em face disso, como não pensar esse saber e essa persistência como um ponto de articulação decisivo no qual a Argentina encontra sua diferença em termos de direitos humanos e justiça?

Foi o que se disse naqueles anos, e seria suicida passar por alto o princípio de esperança autorizado pelo fato de que se obtiveram coisas que pareciam impossíveis depois das leis do Ponto Final e do Indulto⁴. Não obstante, muito do ocorrido durante o governo estendido de Menem teve o efeito de desprestigiar precisamente a Justiça. Os fatos que mencionei de início, a prisão de Menem e a retirada de Alvarez (cada um a seu modo e em sentidos contrários, conforme se queira), reafirmaram suspeitas sobre a disposição dos juízes a seguir um reto caminho institucional: desconfia-se do juiz que encarcerou Menem e repudia-se o juiz que não processou os senadores corruptos — numa palavra, o estigma da corrupção recai como nódoa infamante sobre os juízes federais⁵. Nada pode ser mais grave num país onde a injustiça (em todos os sentidos da palavra) tem a solidez de uma matéria indissolúvel. A promessa de justiça não pode ser traduzida senão nos termos de seus limites atuais, e no entanto não pode ser objeto senão de uma demanda mais ampla, econômica e social, pois não existe hoje um cenário cultural como o dos primeiros anos 1980, quando a demanda de justiça com relação aos militares obteve uma centralidade surpreendente.

A crise social e econômica reforça mais que nunca os traços de um país de particularismos. As reivindicações de determinado grupo ruidosamente vão de encontro às de outros, e as possibilidades de mediação institucional

(3) Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, que a partir de 1983 investigou e registrou a responsabilidade da ditadura militar argentina nas denúncias sobre violação de direitos humanos. [Nota do Editor, assim como as que se seguem.]

(4) "Lei do Ponto Final": promulgada em 1986 pelo então presidente Raul Alfonsín, impediu que se continuasse a abertura de processos sobre a repressão para os militares de menor graduação. "Lei do Indulto": no governo Menem, em 1990, anistiou militares e guerrilheiros por crimes cometidos durante a ditadura militar.

(5) O juiz Jorge Urso foi acusado pelos menemistas de ter determinado a prisão do ex-presidente por motivações políticas. Carlos Liporaci, juiz responsável pelo caso dos senadores que teriam recebido propinas do governo De la Rúa para aprovar uma legislação de flexibilização do mercado de trabalho, foi ele mesmo imputado de enriquecimento ilícito sob a gestão Menem, e acabou por renunciar à magistratura.

são débeis (a guerra de moradores contra travestis na cidade de Buenos Aires é uma miniatura patética disso, um verdadeiro laboratório). As necessidades imediatas de milhões de homens e mulheres obstruem sua disposição para pensar em termos de um prazo político ou jurídico: a necessidade não tem tais tempos. Com toda a razão, a demanda se lança sobre o imediato. Um desempregado que passa anos fora do mercado de trabalho e vive de um auxílio estatal malbaratado pela corrupção e outorgado por clientelismo, é disso que se trata, um homem em estado de necessidade — e sabemos o que significa.

Entretanto, outros milhões de cidadãos que não padecem esse estado de miséria, que é hostil à política, e entre eles muitos intelectuais reformistas, acreditaram na possibilidade de uma alternativa, tal como pareceram demonstrar os resultados eleitorais desde 1994. "Já se anuncia um novo quadro de expectativas às quais o populismo conservador e o liberalismo de mercado terão muitas dificuldades para satisfazer", escreveu Juan Carlos Portantiero naquele ano. Não se equivocava, como se viu nos anos que se seguiram até 1999.

As desventuras da Frepaso

Há então que se pensar no caso de Alvarez e no destino dos instrumentos políticos que criou com Carlos Ayuero e Graciela Fernández Meijide. Até mesmo os mais céticos dentro da ala reformista sentiram a atração do novo, que hoje deixou de sê-lo ou sequer já existe.

Em primeiro lugar um esclarecimento, que não apresento para justificar a Frepaso (Frente País Solidário) ou Alvarez, mas como referência ao meio histórico em que lhes coube avançar suas promessas. Se na Argentina a ausência de um protagonista progressista no marco da chamada "crise da política" tem pontos em comum com descrições que se fizeram de cenários europeus, expõe da maneira mais crua e hiperbólica a dificuldade dos países periféricos em construir uma mediação entre os desígnios do poder econômico e as decisões políticas. Embora o tema seja também europeu, ali a política de alguma forma se propõe tarefas que não estão diretamente moldadas pelos "mercados", que por seu turno não se comportam nos países centrais com a prepotência que exercem na periferia. Isso faz diferença evidente. Ademais, seria pouco verossímil duvidar que partidos social-democratas ou coalizões de centro-esquerda governaram e governam em boa parte da Europa, ainda que seus programas se tenham adaptado a uma nova realidade econômica, na qual operam de um modo ou de outro como agentes de reformas. Dito isso, é melhor deixar de lado o caso europeu, que não está cercado pelas ciladas que imobilizam a Argentina.

Quanto se sabia dos limites em 1994? Muito mais do que quando Alfonsín chegou à Presidência e seguramente muito menos do que hoje, quando Cavallo já não recebe o aval daqueles que o haviam apoiado com

fanatismo e nem a confiança daqueles que formaram seu capital político e sua força, como se demonstra com eloquência quando ele repreende aos banqueiros que os mercados financeiros não são compreensivos e pede à burguesia local que saia em defesa de suas medidas.

Entretanto, não se faz política assumindo que ela seja impossível. Em seu auge, Alvarez disse precisamente o contrário: onde outra política que não a do consenso dos poderosos parece impossível, demonstraremos que ela não só é possível como pode mesmo estabelecer uma nova relação de confiança. As bases dessa convicção eram de renovação republicana. Falou-se em melhorar a qualidade institucional, as formas de representação, os sistemas eleitorais, a relação entre partido e cidadania e o financiamento da política para combater o clientelismo e a corrupção. Não foi por acaso que as forças dirigidas por Alvarez tiveram uma participação de primeira ordem na Assembléia Nacional Constituinte de 1994 e presidiram a que redigiu a Constituição do estado de Buenos Aires. Tampouco foi casual que Alvarez (que abandonou o peronismo repudiando o indulto aos militares graduados) houvesse dirigido com eficácia a oposição ao Pacto de Olivos⁶. A partir dessas intervenções vitoriosas, um feixe de forças muito heterogêneas deu a impressão de compactar-se num programa de renovação institucional que em meados dos anos 1990 foi confundido (muitos de nós quisemos deixar em suspenso as diferenças) com um programa reformista de centro-esquerda que incluiria também as dimensões social e econômica. Tratava-se na verdade de uma proposta de renovação institucional e cultural da política que visava justamente o cerne do que as camadas médias urbanas consideravam um campo no qual já não era possível admitir outro abuso: a acumulação de poder no Executivo e a corrupção, julgadas como traços indelévels do menemismo.

Esse programa republicano, no entanto, repercutia outros ecos. Uma linha se abria em direção à questão da representação política, pensada não apenas em termos de tecnologia eleitoral ou transparência das instituições, de equilíbrio institucional e de controle entre poderes, mas também em termos de uma nova cultura política aberta para o que começou a ser chamado "o povo" ou "a sociedade". Pensou-se numa reforma cultural aplicada à esfera política como remédio para a "crise" que o estilo menemista havia acentuado (ou provocado). O adjetivo "novo" foi apostado a todas as fórmulas que se foram pondo em circulação: nova relação, partido de novo tipo, novas formas de representação, novos atores. A novidade residia na verdade na liderança de Alvarez, tanto quanto em seu discurso modelado pela ciência política, mas naturalmente havia muito mais na sua promessa. Quando me aproximei de Alvarez e da Frepaso, acreditei, como tantos outros, que se poderia desatar o nó que havia aprisionado a esquerda reformista no campo da insignificância eleitoral e da ausência de dirigentes fortemente populares.

Alvarez foi o primeiro político argentino a obter popularidade a partir dos meios de comunicação, desde seus artigos no periódico *Página/12* no início da década até sua carismática presença em programas de televisão, com desempenho eficaz como o de um veterano da TV. Alvarez, que havia

(6) Firmado em 1993 por Alfonsín e Menem, visou a reforma constitucional de 1994, que permitiria a reeleição de Menem à Presidência.

feito política partidária durante vinte anos e editado uma revista de perfil intelectual nos anos 1980, parecia haver nascido em um estúdio de televisão. Tinha a medida justa do *quantum* de idéias que podia passar por meio dos microfones e sabia deter-se no ponto preciso que separa a repetição da banalidade. Seu carisma midiático habilitava-o a dizer coisas um pouco mais complicadas que as que se admitem na argumentação televisiva, mas sua intuição (exercitada na inestimável experiência populista do peronismo) mostrava-lhe claramente quando era necessário retomar ou repisar alguma fórmula que houvesse fugido da memória fugaz daquilo que se costuma ver e escutar. A destreza midiática de Alvarez não foi um capital menor na construção da força heterogênea que dirigia com uma autoridade sem complacências. Pelo contrário, essa força foi "Alvarez na televisão" (e também Fernández Meijide, que conquistou a veneração de Mariano Grondona, cujo programa de televisão era considerado por muitos o centro da chamada "esfera pública midiaticizada"⁷).

O carisma midiático é indispensável hoje, e qualquer discussão sobre a consolidação de uma força política não poderá desconsiderá-lo ou sequer tomá-lo como uma qualidade entre outras, mas tanto Alvarez como aqueles que o seguiam fiaram-se em que o exercício desse dom garantiria o necessário para constituir-se uma alternativa ao sistema bipartidário. Embora ninguém o afirmasse explicitamente, a confiança numa qualidade que havia propiciado algumas vitórias de fato relegou a plano secundário — do qual ninguém se ocupou com seriedade e constância — a tarefa menos reluzente de construir laços políticos locais, que ademais caíam sob o desprestígio das críticas às práticas de radicais e peronistas com suas redes de compromissos pessoais e a subordinação das bases, dependentes de caudilhos locais para remediar as contingências da crise econômica. A velha política estava então desprestigiada, e mesmo que se falasse o tempo todo na invenção de "novas formas" a força dirigida por Alvarez era de fato um dispositivo de cúpula, em que ele predominava por sua inteligência, sua popularidade e sua pouca propensão a discutir com outros as grandes linhas do que se devia fazer. Apesar dos bons propósitos, esse o estilo que acabou por provocar o ressentimento e a resistência dos dirigentes locais, vinculados que foram aos velhos artifícios da política provinciana e a idéias arrastadas desde o passado peronista e só a muito custo abandonadas, muito embora Alvarez tenha feito um corte limpo (o que seus seguidores deviam imitar, ainda que ninguém lhes tenha entregado os instrumentos para fazê-lo).

Não surpreende então que o novo espaço dependesse de Alvarez (e de algum outro dirigente como Fernández Meijide em seus anos de apogeu), e que este não encontrasse a circunstância para dedicar-se a construir em dimensões práticas e locais o que afirmava ser necessário. Oscilava entre diversas idéias de organização, mais ou menos recebidas de seus consultores politólogos, que, sem exagerar nas responsabilidades, encontraram em Alvarez uma atenção que nunca haviam obtido, nem sequer nos anos em que Alfonsín se rodeou de alguns intelectuais — e não pretendo me eximir da responsabilidade que me toca nessa descrição na qualidade de intelectual

(7) Referência ao jornalista, escritor, professor de direito e apresentador de um popular e influente *talk show* sobre política (*Hora clave*).

(ainda que completamente alheia à teoria política). A questão não era se Alvarez devia ou não atender às fórmulas sobre as novas modalidades da política que lhe eram circuladas, mas como poderia convertê-las em argumento de organização prática. Ninguém poderá dizer que Alvarez escutou pouco; pode-se mesmo afirmar que escutou demais, porque o que se dizia ao seu redor ajustava-se à sua escassa vocação para o dia-a-dia organizativo, à sua atração pelas propostas gerais e sua alta capacidade de comunicar idéias nos meios de comunicação.

Levam à figura de Alvarez as pistas sobre o que sucedeu à Frepaso, na qual sua liderança foi indiscutível. Ele transferiu seus acertos e equívocos para a organização que dirigia, e o caminho que tomou essa organização, em cada um dos momentos em que se tomaram decisões, foi o caminho escolhido por Alvarez: desde a indicação de Fernández Mejjide para a cabeça de todas as listas eleitorais até a constituição da Aliança, precedida pela fórmula que integrou com José Octavio Bordón, apoiada por sua vez no espaço que quis construir transversalmente em relação aos grandes partidos.

Teria sido possível explorar outros caminhos mais afinados à idéia de um espaço de centro-esquerda? Responder a essa pergunta tem as facilidades de uma reflexão hipotética sobre o passado, e eu não gostaria de abusar dessa vantagem.

Por um lado, em meados dos anos 1990 as forças conduzidas por Alvarez tiveram a possibilidade de, a partir de uma base sólida em Buenos Aires e em Rosario, iniciar um caminho de experiências locais no Executivo ou nas legislaturas. Concentrar-se nos governos locais de cidades de enorme importância política e repercussão na opinião pública não garantiria a implantação nacional, mas consolidaria uma identidade e demonstraria na prática se daí adviria verdadeiramente um novo modelo de fazer política. A implantação cultural de Alvarez em Buenos Aires, um lugar onde seu estilo foi pouco menos que perfeito, talvez houvesse aberto, com o tempo, maiores possibilidades, mas ninguém poderia afirmá-lo com segurança. Tampouco a Alvarez isso pareceu interessar minimamente.

Por outro lado, os homens e mulheres que rodearam Alvarez no núcleo ideológico da Frepaso não lhe ofereceram idéias que lhe permitissem ir além das promessas de renovação política e institucional, que ele já conhecia à perfeição. Não foram explorados possíveis experimentos que tocassem o centro de problemas cuja abordagem era indispensável se o que se almejava era converter uma força de moralização republicana num instrumento de reformas econômicas e sociais progressistas. Os técnicos que dele se acercaram não puderam despertar nem confiança nem tampouco entusiasmo. Isso pode ser injusto com relação às idéias que expunham, mas elas nunca alcançaram a cota de "imaginação" e "criatividade" que parecia ser uma norma da "nova" política. De qualquer forma, Alvarez tinha o olhar posto sobre outros técnicos, que não se acercavam dele senão eventualmente. Embora todas essas explicações pareçam anedóticas, o certo é que Alvarez carecia de soluções socioeconômicas — mas não era mesmo ele, admita-se francamente, quem devia desenhá-las, cabendo-lhe antes ponde-

rá-las e eventualmente encabeçá-las, conduzindo-as por um caminho cujos obstáculos, não obstante, não iriam desaparecer perante o carisma ou os votos por si sós.

A "nova força" política se apoiava em um programa institucional e moralizador que, se era suficiente para representar a melhor oposição ao menemismo, não o era para conceber um governo. Esse traço foi se acentuando conforme se aproximavam as últimas eleições presidenciais, quando Alvarez decidiu — e nisso não diferia muito da percepção de seus eleitores das camadas médias e daqueles que o rodeavam — que a derrota do peronismo era o item central da ordem do dia. À proporção que se fazia mais evidente o descuido em relação a um programa possível para um governo da Aliança — que terminou sintetizado num documento sem relevância, a "Carta aos argentinos" —, Alvarez aprofundava sua crença de que aquele novo por ele representado se projetava numa dimensão ética, cuja reparação responderia ao que pedia "o povo". Defronte às câmeras de televisão, disse: "Menem irá preso", e marcou com uma analogia o objetivo moral em que muitos se reconheceram: "É preciso uma Conadep da corrupção". Ambas as afirmações seriam logo retificadas, mas quando foram pronunciadas encontraram o reconhecimento daquilo que se queria escutar. O festim menemista estava acabando e havia que punir os responsáveis.

A renúncia de Alvarez à Vice-Presidência se situa precisamente nessa dimensão. Foi recebida com entusiasmo por aqueles que nela reconheceram a renovação de uma promessa eleitoral, e ficou sem efeito quanto aos problemas para os quais a Frepaso não tinha iniciativas, que voltaram a ocupar o primeiro plano. Alvarez nada fez para converter sua renúncia no impulso de uma ação coerente, mesmo que apenas em termos morais, e na realidade tanto mais em termos morais quanto mais se pensava que a corrupção denotava uma forma de funcionamento do Estado que impedia dar-se incumbência do desamparo de milhões de pessoas.

As forças dirigidas por Alvarez formaram uma constelação em cujo núcleo, paradoxalmente, havia mais hospitalidade e flexibilidade para com os intelectuais do que para com os militantes e os quadros de segunda linha. Afirmar isso pode significar muito ou pouco, conforme se entenda. Seja como for, isso faz parte do passado, e não obstante a força cultural e política que Alvarez implantou e dissolveu tem referências sociais que persistem. Os temas culturais — ou, se se preferir, antes ideológicos que políticos — do imaginário reformista seguem impregnando com força os setores médios que ainda não foram expulsos de seu espaço. Mas já não existe, como nos anos 1990, uma força que os expresse (ainda que o faça sob todos os limites e assimetrias de qualquer expressão).

A crise do reformismo diz respeito não apenas a Alvarez ou ao que resta de sua força política. Os intelectuais que estivemos ao seu redor estamos implicados tanto pela dissolução de sua possibilidade de realização como pela obrigação de anotá-la numa lista de mal-entendidos e de desencontros. Não há nenhuma obrigação, porém, que nos leve a inscrever essa experiência na rubrica das provas da inutilidade de uma relação intensa com

a política, seja porque os intelectuais pertençam a uma fração sobre a qual a necessidade econômica não opera com a mesma persistência que sobre milhões de outros argentinos, seja porque o trabalho intelectual tenha condições excepcionais em termos de tempo e de privilégios culturais. Condições excepcionais com respeito ao resto da sociedade estabelecem também responsabilidades civis mais intensas e contínuas. Naturalmente, o discurso que se emite em nome dessa responsabilidade deve aceitar todas as críticas que incidem sobre seus efeitos. E não se pode dizer que essas críticas não tenham sido ouvidas durante as últimas décadas, quando a história dos intelectuais foi reescrita com uma severidade que remete qualquer soberba ao seu devido lugar. Eis os lugares-comuns das críticas aos intelectuais, sustentadas com razões diversas e argüíveis: pedagogia autoritária, ausência de perspectivas pluralistas, improvisação ou ignorância dos fatos, vanguardismo estético, político ou moral. Entretanto, as repúblicas de cidadãos requerem uma configuração de intelectual que não se assimile imediatamente nem à do profissional das indústrias de comunicação, cujo discurso prolifera com a insistência e a volubilidade do ambiente midiático, nem à do perito de Estado ou de academia.

Poder-se-ia explorar uma perspectiva que, aceitando essas condições, focalizasse o conflito que delas emerge. Essa perspectiva deveria articular várias distâncias: a do intelectual em relação à sociedade e a da sociedade em relação ao intelectual (nem sempre percebidas como equivalentes, mas, ao contrário, uma fonte de mal-entendidos); a do intelectual em relação àquilo que crê que seja sua prática (a ilusão do desinteresse, por exemplo, que foi definitivamente criticada por Pierre Bourdieu) e a dessa prática em relação às crenças que a impelem; e a do intelectual em relação às instituições e aos meios de comunicação. Mas não existe uma distância justa: a prática intelectual se caracteriza pelo desajuste do lugar que se crê ocupar por meio do discurso e da autoridade atribuída ao discurso. Os efeitos do discurso intelectual são pragmaticamente incontroláveis, e estão abertos ao conflito justo ali onde se julgam as responsabilidades, de forma muitas vezes completamente fantasiosa. E mesmo assim não existe remédio, porque o discurso intelectual, à diferença do acadêmico, é sustentado pela atualidade da presença. Os intelectuais falam ou escrevem num tempo presente, e se os seus discursos não funcionam no presente, sua circulação distendendo-se ao futuro, acentua-se justamente o profetismo de que eles são acusados ou então sua completa obsolescência, porque apenas excepcionalmente funcionam descolados de seus contextos. No modo da intervenção não há distensão para o discurso dos intelectuais. Sua prática tem raízes num imaginário intervencionista — que também reflete expectativas de outros setores —, sobre o qual se haverá de dizer se desde já é completamente inadequado, se tal prática é desnecessária porque só teria um lugar legítimo o discurso explicativo em termos do já sucedido.

Na Argentina, os dias de enfrentamento sucedem aos dias de penúria e cerração, mas o estertor de cólera é a forma de ação última, o limite que só compromete uma minoria daqueles que vivem na inércia da desarticulação

social: a muitos (não importa quantos, pois sempre serão mais que o tolerável) a miséria não confere revanche, e já não esperam nada. Trata-se de reconhecer a obrigação que temos para com eles e negar-nos a aceitar simplesmente que permanecerão sempre excluídos, embora a política nunca se tenha mostrado tão distante dos que inexoravelmente dela necessitam, por mais que estes, no desespero e na descrença, demonstrem abominar completamente a política. Por outro lado, carecemos de um instrumento político para tal, e o horizonte cultural onde este poderia inscrever-se está fraturado. O cerco se fechou e a Argentina não encontra saída. A raiva e a desesperança pressagiam talvez dias mais violentos e por certo cheios de penúria. A face mais brutal do capitalismo é a que se reflete no espelho dessa crise.

Há situações que são moralmente inaceitáveis. Diferenças econômicas e culturais fundam duas nações que já têm pouco em comum. O que se passou conosco e como nos passou? Há coisas que não se entendem, e gente que todavia clama um sentido, por mínimo que seja.

Recebido para publicação em
16 de agosto de 2001.

Beatriz Sarlo é professora de
Literatura Argentina na Univer-
sidade de Buenos Aires e dire-
tora da revista *Punto de Vista*.
Publicou em *Novos Estudos*
"Uma alucinação dispersa em
agonia" (nº 11).

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 61, novembro 2001
pp. 41-56
